

VESTIDAS PARA LUTAR! RELAÇÕES ENTRE VESTUÁRIO E FEMINISMO NO BRASIL DOS ANOS 1970/80

Dressed to fight! Relations between clothing and feminism in Brazil on the decades of 1970s/80s

Castro, Laise Lutz C.; Mestranda; Universidade Federal de Juiz de Fora, laiselutz1@hotmail.com¹

Resumo: O presente artigo busca compreender as relações entre o vestuário e os movimentos feministas dos anos 1970-1980 ocorridos no Brasil. Para auxiliar a pesquisa, recorre-se à análise de dois jornais da imprensa alternativa feminista do período: *Nós Mulheres* (1976-78) e *Mulherio* (1981-1988).

Palavras-chave: Vestuário Feminista; Imprensa Feminista; Feminismo Brasileiro.

Abstract: The present article seeks to understand the relations between clothing and feminist movements of the 1970s and 1980s in Brazil. To assist in the research were used the analysis of two alternative feminist press newspapers of the period: *Nós Mulheres* (1976-78) and *Mulherio* (1981-1988).

Keywords: Feminist Clothing; Feminist Press; Brazilian Feminism.

Introdução

O vestuário é assunto recorrente nos discursos feministas, sempre sendo associado como parte fundamental na cadeia de restrições destinadas às mulheres desde o seu nascimento devido à sua relação intrínseca com a categoria gênero. A partir disso, pode-se perceber sempre um caráter reivindicatório sobre a temática e um desejo ou /necessidade de rompimento com a moda, vista como opressora.

Apesar da importância que o vestuário possui dentro das construções do feminino reconhecidas e propagadas socialmente, a temática não é tão recorrente nos estudos de gênero, sendo muitas vezes abarcada na categoria feminilidade, sem muita precisão e aprofundamento. Além disso, a abordagem em muitos casos, se restringe somente ao viés das limitações que esta impõe

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens na Universidade Federal de Juiz de Fora na linha de pesquisa "Arte, Moda: História e Cultura", sob a orientação da Profa. Dra. Elisabeth Murilho da Silva.

às mulheres, esquecendo as múltiplas possibilidades de subversão e comunicação não-verbal (CRANE,2006) que são capazes através do simples ato de se vestir.

A partir dessas potencialidades possíveis, o presente trabalho pretende investigar quais as ideias sobre vestuário que permeiam os discursos feministas nos anos 1970 e 1980 no Brasil. O período possui um grande destaque, pois é considerado o início de movimentos feministas organizados no país.

Para que seja possível o conhecimento mais aprofundado desses discursos, recorre-se a uma metodologia que tem como base as análises dos textos e das imagens de dois jornais frutos da imprensa feminista alternativa brasileira do período. As fontes selecionadas para esse recorte são os veículos *Nós Mulheres* (1976-78) e *Mulherio* (1981-88), ambos da cidade de São Paulo.

Estando a pesquisa ainda em fase inicial, o artigo traz apontamentos sobre os pensamentos encontrados até o momento acerca do vestuário. Observou-se também, como se vestir e se comportar se relacionava diretamente com os ideais de cada grupo feminista responsável pela edição dos jornais.

Os movimentos feministas de Segunda Onda e as relações com o vestir

Antes de contextualizar um pouco da história do feminismo de Segunda Onda, é imprescindível compreender alguns conceitos que auxiliam no entendimento do movimento social. Ao surgir a ideia de estudar o movimento, logo percebi a impossibilidade de se falar de um ideal feminista no singular. De acordo com Michelle Perrot (2007), pode-se dizer que o feminismo, de forma bastante geral, se pauta nas lutas em prol da igualdade dos sexos. Porém, seguindo a ideia de Yasmine Ergas (1991), o feminismo consiste em um

conjunto de práticas e teorias em torno da condição e da legitimação das mulheres. Torna-se bastante complexo, portanto, falar de um feminismo singular, sendo que seus ideais e formas de atuação podem diferir dependendo das condições sociais em que tais mulheres estão inseridas.

Outra questão que deve ser mencionada ao se falar do assunto é a frequência de atuação do movimento. Nesse trabalho, adota-se o conceito de ondas, instituído por Michelle Perrot (2007). Ao definir as atuações feministas como “ondas”, a autora destaca que o movimento feminista é composto de momentos de intervalos, tendo mais destaques em determinados períodos, além de ser instável e inconstante, pois se apoia em personalidades, associações mais frágeis e grupos/coletivos efêmeros, o que dificulta a capacidade de estabilidade de suas ações. Dessa forma, consegue-se compreender a frequência das atuações e como devem ser consideradas quando se pretende estudar os movimentos feministas.

Sendo assim, o período escolhido para enfoque nesse trabalho engloba a denominada “Segunda Onda Feminista”, que se inicia em meados dos anos 1960 e vai até os anos 1980. A época se caracteriza como importante devido à proliferação dos questionamentos em torno de uma valorização do indivíduo, das relações culturais pré-estabelecidas, e do apagamento das fronteiras entre público e privado (WIEVIORKA, 2006). De outra parte, é o momento no qual o feminismo mais se destacou no século XX, sendo considerado um grande movimento de adesão massiva de mulheres ao redor do mundo no período.

Os movimentos feministas brasileiros ganham força a partir dos anos 1970 e possui em suas raízes peculiaridades que o distanciam das lutas estadunidense e europeia, as mais citadas na maioria dos estudos acerca do tema. Nos países mais desenvolvidos, onde o feminismo refloresce a partir do final dos anos 1960, as pautas já focavam na condição do ser mulher, abordando cada vez mais os assuntos envolvendo o corpo feminino, como reprodução, prazer e até mesmo a violência sexual.

No Brasil, o contexto político-social do Regime Militar fez com que os movimentos feministas fossem chegando aos poucos, ganhando mais força em meados dos anos 1970, com a criação da Década da Mulher (1975-85), pela Organização das Nações Unidas - ONU. Encontrou-se aqui um caminho mais nebuloso do que em vários países mais desenvolvidos devido à precariedade na qual vivia grande parte da população, além da situação política conturbada em que o país se encontrava, sendo governado por um regime ditatorial. Assim, muitas feministas brasileiras acabaram por iniciar sua militância em outras questões, deixando as pautas relativas somente à condição feminina para um segundo momento. E será mais para o final dos anos 1970, com o início da abertura política, que muitas mulheres se ligarão mais fortemente as questões específicas da mulher, mantendo a discussão acerca do gênero como fundamental.

Este, tão em voga na Segunda Onda Feminista, já era pauta de destaque dos estudos de Simone de Beauvoir muito antes da explosão do feminismo nos anos 1970. Quando lança sua célebre obra, “O Segundo Sexo” (1949), Beauvoir destaca que o “ser mulher” não é um dado natural do indivíduo do sexo feminino, mas uma construção social imposta através da história da civilização, em conjunto com a história pessoal de cada mulher em particular, que criará na mulher o que ela denomina como “o eterno feminino”. Para ela, em sua conhecida frase ‘ninguém nasce mulher, torna-se mulher’ (BEAUVOIR, 2016, p.11), o bebê do sexo feminino é ensinado desde a infância para vir a se tornar uma mulher, ou o que cada sociedade entende como sendo um papel feminino. Sendo assim, a mulher é ensinada a se adequar no seu gênero socialmente construído e destinado para ela, reproduzindo comportamentos e ações que a inserem numa feminilidade vigente.

No entanto, Segundo Samantha Holland (2004), a feminilidade é uma categoria extremamente árdua de se definir. Em seu trabalho *Alternative Femininities* (2004), a autora busca delimitar o que seria a feminilidade e acaba por se deparar com uma série de respostas. De maneira básica, começa definindo-a como um conjunto de práticas e comportamentos relacionados ao

gênero feminino que não são fixos, mas fluidos, compreendendo uma gama de significados. Recorrendo a autores como Furman (1997) e Goffman (1989), a autora categoriza como "práticas tradicionais de feminilidade e embelezamento", em que se pode compreender que as práticas atuais colocadas às mulheres são, em grande parte, conhecidas através de imagens visuais dos meios de comunicação de massa, que implementam suas regras através de imagens visuais padronizadas. Demonstra-se assim, que não é necessário que apontem diretamente o que constitui ou não uma mulher, afinal, tudo está codificado para que estas aprendam isso através de uma série de imagens que relacionam as roupas, o comportamento, a forma do corpo e até mesmo os movimentos corporais considerados femininos.

Inclui-se dentro da categoria feminilidade, portanto, o vestuário, como um importante marcador de definições sociais de gênero. Sendo um dos elementos mais significativos, foi o responsável por uma série de restrições comportamentais em várias sociedades e períodos históricos. Somente a partir dos anos 1960 o vestuário feminino se transformou em algo que trouxesse maior mobilidade e conforto para as mulheres de todas as camadas sociais, porém, ainda contendo elementos que as distanciam das praticidades encontradas no vestuário masculino, como os saltos altos, por exemplo.

Mas, o vestuário possui em sua essência uma ambiguidade. Ainda que auxilie eficazmente na delimitação das barreiras de gênero, ele possui sua outra face, que traz à tona todas as suas potencialidades de subversão de fronteiras simbólicas. As roupas, assim como possuem a capacidade de impor identidades sociais, também são capazes de auxiliar na criação de novas identidades, diferentes das já "permitidas" socialmente (CRANE, 2006). É através de um vestuário alternativo que surge uma forma de comunicação bastante efetiva, o que Diana Crane (2006) denomina como comunicação não-verbal, em que é possível enviar mensagens de resistência aos padrões hegemônicos a partir do ato de vestir roupas que não se encaixam dentro da normatividade de gênero.

O vestuário será tratado aqui como tema presente nas discussões acerca da categoria “feminilidade” arraigada à composição do sujeito mulher, que era discussão central nos debates feministas ao redor do ocidente, que também perpassarão pelo Brasil, ainda que com mais ênfase nos anos 1980. Palavras como construção/desconstrução da feminilidade eram constantes nas pautas abordadas por cada movimento. Tanto internacionalmente como em solo brasileiro, as feministas discutirão a feminilidade de formas bastante parecidas, tendo enfoque nas ideias de construção/desconstrução.

A feminilidade era considerada uma categoria de identificação política, ao mesmo tempo em que, ao ser questionada, indicava uma tensão presente no feminismo. De um lado, a necessidade de construção de identidade da mulher, aprofundando o significado político desta. De outro, a destruição da própria categoria “mulher”, a fim de ruir com a sua categoria histórica que é demasiado sólida (ERGAS, 1991).

Nesta perspectiva, os feminismos contemporâneos parecem ter simultaneamente andado em torno da afirmação da diferença sexual como princípio existencial básico – e portanto, político – e a própria negação da importância da diferença sexual como causa legítima (e explicação) da desigualdade (ERGAS, 1991, p. 591).

Diana Crane (2006) destaca que Simone de Beauvoir desempenhou um papel importante nas visões das feministas perante a moda. Havia uma corrente forte de mulheres nos anos 1960-70 que acreditavam que somente com a instauração de um mundo neutro, livre dos padrões de gênero, seria possível afirmar a igualdade de direitos. Para elas, as mulheres eram expostas às restrições de gênero, o que acabava por colocá-las em posições inferiores na sociedade em que estavam inseridas. Com um discurso mais afiado e crítico, as feministas da década de 1970 propunham alternativas de vestuário, como forma de ruptura com os modelos em voga presentes e se alinhando mais a um vestuário masculino composto de calças, camisetas mais informais e sapatos baixos. Descartavam semelhanças com os estereótipos vigentes de feminilidade como forma de resistência à imagem de inferioridade, pois o tipicamente feminino ainda era associado, por homens e também por essas

feministas, como algo fútil, supérfluo e sem importância, que aumentava ainda mais a superioridade masculina no âmbito social e profissional.

Para que a mulher e o homem fossem tratados como iguais, as feministas assumiram o comportamento, os códigos de sociabilidade, os parâmetros, a linguagem e as referências masculinas e abandonaram alguns referenciais femininos - como a moda, a estética, os cuidados de si, a cozinha, a casa, os cuidados com os filhos, etc. (MARSON, 1996, p.96).

Porém, não eram todas as mulheres que concordavam com essa ideia. Coexistia outra parte do movimento feminista, que Yasmine Ergas (1991) nomeia como as partidárias da “diferença”, que acreditam nas especificidades da mulher como sujeito único. Buscavam afirmar a feminilidade através de uma renovação da categoria. Não consideravam que a “masculinização”, como uma organização coletiva feminista italiana denominava, era passível de soluções para a situação da mulher, mas sim uma forma de alienação. No entanto, também não defendiam a permanência da feminilidade como estava, pois isso era visto como um retrocesso para o movimento. Para elas, somente a partir da revalorização do gênero feminino seria possível reverter toda a negação de identidade sofrida pelas mulheres.

Deve-se enfatizar também, a conotação negativa que o termo *feminista* possuiu por muito tempo, e quiçá até hoje, sendo colocado como o oposto de *feminino*. A nomenclatura recebia (e ainda recebe) muita relutância por parte das próprias mulheres, pois a sociedade associava o feminismo à luta de mulheres masculinizadas, feias, mal-amadas, ressentidas e anti-homens (PEDRO, 2012). Muitas, mesmo concordando com os ideais, preferiam não se vincularem a palavra. Além ainda de, ao se associarem às características que compõem o feminino, se desvincularem dos rótulos negativos impostos às lutas feministas.

Após as considerações sobre as relações do feminino com os discursos dos movimentos, parte-se agora para as observações destes nos jornais selecionados. A partir da leitura dos textos e observação das imagens, perceber como o vestuário estava presente no ideário de lutas dessas mulheres.

Os discursos que perpassam o vestuário na imprensa feminista brasileira

Acredita-se que os jornais investigados eram responsáveis por propagarem uma série de discursos sobre diversos temas que envolvessem a mulher, dentre eles o vestuário. A partir das análises nessas fontes, pode-se facilitar a compreensão das ideias propagadas nos períodos, pois as reportagens e textos publicados nesses meios de comunicação provinham de grupos feministas que, ao promover essa circulação, ampliavam a visibilidade dos seus pensamentos para mulheres além da militância, chegando às donas de casa e até mesmo outras mulheres distantes dos grupos interessadas pelas questões femininas.

O primeiro a ser analisado é o *Nós Mulheres*, fundado pela Associação de Mulheres, que se constituía por um grupo composto por mulheres bastante diversificado que eram também atuantes em partidos de esquerda do período. Criado em 1976 e tendo breve atuação até 1978 na cidade de São Paulo, o jornal se pautava por lutas políticas contra o Regime Militar, além de trazer à tona questões acerca da condição da mulher na sociedade brasileira. Sua periodicidade não é muito fixa, tendo edições bimestrais, enquanto outras sendo mensais.

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa ainda está em sua fase inicial, portanto, serão tecidos comentários referentes às primeiras observações das fontes. Sendo assim, o *Nós Mulheres*, desde o primeiro contato², possui um teor político em sua essência. Logo no primeiro editorial escrito já deixa claro que o jornal é feminista e que luta tanto pelos problemas gerais da sociedade brasileira quanto pelos específicos às condições femininas. É importante destacar que o período de atuação do veículo se enquadra em um

² Os dois jornais pertencem ao Arquivo Edgard Leuenroth no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

momento de lutas políticas muito voltadas contra o regime ditatorial militar que assolava o país.

Dessa forma, o jornal abordava, em muitos momentos, a situação política conturbada, atuando como uma fonte de denúncia. Porém, esse tom se voltava não só para as atuações políticas, mas para as condições de vida da mulher trabalhadora, seja remunerada ou não, e do seu entorno. Tinham o intuito de falar para todas as mulheres, "...da vida da secretária, da mãe solteira, da enfermeira, da desquitada, de NÓS MULHERES, enfim"³.

Ao folhear todas as oito edições publicadas do jornal, é possível perceber claramente o seu público alvo: a mulher brasileira trabalhadora, principalmente as de classes mais baixas. Seguindo essa linha, não há muita abertura para falar sobre as questões relacionadas à moda. Nenhuma matéria é dedicada exclusivamente ao tema, sendo possível encontrar fragmentos muito pequenos em somente dois textos.

O artigo "Com dinheiro na mão sem dinheiro na bolsa" trata da questão das mulheres que trabalham em bancos. Ao serem questionadas sobre as exigências perante a "boa aparência" nesses espaços, uma das falas menciona que os chefes exigem que elas apareçam bem penteadas, arrumadas, de unhas feitas e que isso é um problema, pois gera uma série de gastos que não conseguem ser supridos pelos baixos salários. "Porque não é possível gastar dinheiro com roupa bonita com o salário que a gente ganha"⁴. Sugerem até que estas deveriam ganhar mais para manter essa composição exigida pelos chefes.

Essa é uma das únicas menções que englobam o vestuário apresentadas no jornal. Mesmo assim, o conteúdo está presente dentro de uma matéria que é destinada a uma temática referente às questões da mulher bancária, e não algo mais representativo de mulheres no geral. A outra menção está presente em uma publicação que chega mais perto das relações femininas com o vestir-se, de maneira geral, está em uma crítica que ocupa uma página

³ "Editorial" in *Nós Mulheres*, nº 01, São Paulo, junho de 1976.

⁴ "Com dinheiro na mão sem dinheiro na bolsa" in *Nós Mulheres*, nº 03, São Paulo, novembro/dezembro de 1976.

do veículo. O texto chama a atenção para a mídia como a grande responsável por alienar as mulheres, fazendo-as esquecer da existência de inúmeros corpos e belezas femininas, e principalmente, de que por trás das mulheres ditas reais se encontram ainda as mazelas da opressão sofrida.

Ele é acompanhado por algumas imagens de propagandas que objetificam a mulher, mas acompanham duas imagens de mulheres sem retoques, naturais, que fogem completamente da norma das campanhas publicitárias. Essas são, inclusive, as que aparecerão nas imagens do jornal em todo o seu período de circulação, dizendo bastante sobre o posicionamento do veículo em mostrar mulheres do cotidiano, trabalhadoras, simples, de idades mais avançadas que as jovens das propagandas, e de outra raça que não seja a hegemônica, obviamente a branca.

Figura 1: "Tá na cara" in Nós Mulheres, nº 06. São Paulo, ago/set de 1977



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP

Estes são os dois únicos momentos em que a temática surge em *Nós Mulheres*. Nas duas matérias, é perceptível a menção do vestuário como uma grande carga de opressão destinada à mulher. Na primeira, ele é um custo adicional significativo, além de fazer parte da obrigação desta para se manter no cargo. No segundo momento, apontam para a questão das opressões que a moda e a mídia podem causar as mulheres por meio de suas padronizações. Pode-se dizer então, que a temática, quando aparece, é colocada somente

como um problema para as mulheres, como mais um elemento que compõe a cadeia de opressões a que estas estão submetidas.

O segundo veículo analisado, *Mulherio*, entra em cena em 1981, também na cidade de São Paulo, fruto de um grupo de pesquisadoras da Fundação Ford, tendo ainda o apoio da Fundação Carlos Chagas. Este, já possuía em si discussões de gênero mais exclusivas às condições femininas, ainda que ampliassem também para determinadas questões políticas. Ficou ativo por muito mais tempo, se mantendo até 1988, porém, oscilando em sua periodicidade, inicialmente bimestral.

Como o trabalho ainda se encontra em momento inicial, as edições aqui observadas vão do número 0 ao 4, mas podem ser encontradas até o número 39. Apesar de inicialmente parecer pouco material, *Mulherio*, por ter em sua essência discussões exclusivamente femininas, se aprofunda muito mais nas particularidades da tão falada feminilidade, ao contrário de um jornal mais voltado para a classe trabalhadora como o *Nós Mulheres*.

Logo em sua primeira edição, já avisa que o intuito do veículo é romper com as associações de feminino ou feminismo como algo pejorativo e se assumirem como um grande mulherio, recuperando a “(...) dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas(...)”⁵, e com um tom menos sisudo ou mal-humorado, ainda que sério. É possível perceber através da leitura do editorial, a ideia de revitalizar a categoria feminina, rompendo com conotações negativas associadas a determinadas palavras como “mulherio” mesmo, reconstruindo e valorizando a categoria feminina até então sempre associada a coisas socialmente vistas como negativas. A proposta é encontrada em uma sessão no número 2 denominada “Feminizar o mundo”⁶, em que ocorriam indicações de livros que tinham como temática central a mulher. Feminizar, portanto, não era tratado como algo negativo, mas necessário para que o feminismo seguisse adiante.

⁵ “Por que Mulherio?” in *Mulherio*, nº 0. São Paulo, março-abril de 1981.

⁶ “Feminizar o mundo” in *Mulherio*, nº 2. São Paulo, julho-agosto de 1981.

Outro momento importante de ser destacado nas leituras dos primeiros exemplares vem de uma carta de uma leitora intitulada: “Lutar, mas também amar e ser feliz”⁷. Na sessão, Verônica Guedes pontua as dificuldades encontradas por mulheres que não abdicaram da feminilidade socialmente construída dentro dos movimentos feministas de esquerda. Acusa que por não se vestirem de forma “acinzentada” (referência ao vestuário masculino), são julgadas como “bobos da corte” que não se importam com as causas sociais, somente as especificamente femininas.

No número 4, através do artigo de Maria Rita Kehl, há também uma crítica a masculinização que as mulheres estavam sofrendo buscando se igualar aos homens⁸. Para a autora, a partir da busca pela igualdade de direitos da forma como estava sendo feita, as mulheres perdiam cada dia mais parte de sua essência particularmente feminina e de sua subjetividade.

As imagens, assim como em *Nós Mulheres*, procuram ser as mais diversas possíveis, porém abarcando mulheres brancas, jovens e que remetem à classe média também, o que é imagetivamente mais raro no primeiro veículo analisado. Por mais que trouxesse as diferentes faces trabalhadoras, *Nós Mulheres* tinha em sua essência um recorte de classe mais claro, sendo possível perceber uma preocupação em atingir as classes populares.

Considerações Finais

A partir da análise dos jornais, é possível associar os discursos desses grupos feministas às duas correntes mencionadas por Yasmine Ergas (1991) mais acima neste artigo. *Nós Mulheres*, ao abdicar de falar de assuntos que abarcam a categoria feminilidade, demonstra uma aproximação ao feminismo da igualdade, em que as mulheres almejam se igualar aos homens em uma série de campos, inclusive em uma “neutralidade” do vestuário. Abdicam de

⁷ “Lutar, mas também amar e ser feliz” in *Mulherio*, nº 3. São Paulo, setembro-outubro de 1981.

⁸ “Imitação da liberdade” in *Mulherio*, nº 4. São Paulo, novembro-dezembro de 1981.

enfatizar essas questões para pontuar as ditas “pautas principais”, que realmente importavam, diferente das frivolidades impostas pela socialização do gênero feminino.

Já *Mulherio*, tendo as temáticas essencialmente femininas nos seus primeiros números, mantém uma abordagem direcionada para o feminismo da diferença. Adéqua-se logo em seu primeiro número ao falar sobre revalorização do feminino. Traz à tona as problemáticas do gênero, além de partir para uma crítica a “masculinização” sofrida pelas feministas.

Porém, é preciso pontuar também algumas peculiaridades das datas em que esses jornais se encontravam. *Nós Mulheres* surge em 1976 e termina suas edições em 1978, período onde o país começava seu processo de abertura democrática. Encontrou em seu período de atuação, um território em situação de repressão muito mais forte⁹, sendo as lutas contra a ditadura pautas principais nos movimentos de esquerda do país. Falar das particularidades femininas era tido pela própria esquerda como uma causa burguesa frívola, que de nada adiantava à luta principal daquele momento. Sendo assim, por mais que essas mulheres buscassem falar de mulheres para mulheres, mantinham sempre as pautas da esquerda em destaque, sendo um silêncio constante nas questões que abarcam a feminilidade, o vestuário.

Em um cenário muito mais receptivo as pautas especificamente femininas, sem uma interferência tão forte dos partidos de esquerda trazendo a revolução como foco, que *Mulherio* surge, em 1981. O Brasil, naquele momento, já estava mais próximo de um processo democrático, o que fez com que os movimentos conseguissem se desvincular das questões políticas como a problemática central. Os movimentos de mulheres e movimentos feministas estarão mais bem articulados e consolidados como força política emergente. Isso acontecerá devido a afirmação do feminismo como um movimento social, e também político, mais consolidado, que lutava pelas questões femininas, mas

⁹ Como exemplo as prisões dos sindicalistas e grevistas metalúrgicos do ABC paulista, repressão a movimentos estudantis com a invasão da PUC de São Paulo por Erasmo Dias (Secretário de Segurança do governador biônico Paulo Maluf), entre outros.

não permaneciam alheios ao processo de redemocratização do país. Tendo isso legitimado, conseguiram ampliar suas discussões com temas especificamente femininos até então deixados em segundo plano.

As datas desses jornais, apesar de não serem distantes, dizem muito sobre o tipo de discurso encontrado em cada um deles. Talvez, se *Nós Mulheres* permanecesse na ativa até 1981, seus discursos pudessem mudar, abordando questões referentes à feminilidade com mais ênfase. Porém, também, poderiam permanecer em um silêncio quanto ao tema, seguindo uma essência mais marxista de enfoques políticos e trabalhistas. E já que podem ser assemelhados a uma perspectiva de feminismo da igualdade, ao não mencionarem esses temas, se aproximam de temáticas vistas socialmente como masculinas, que não englobam vestuário e comportamento, pois estes estão associados ao mundo feminino.

Referências

BEAUVOIR, S. (1949). **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3ª Edição. Vol. 2. Tradução por Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade nas roupas**. São Paulo: Senac, 2006.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, v. 1, 1991. p. 583-611.

HOLLAND, Samantha. **Alternative femininities: Body, age and identity**. Berg Publishers, 2004.

MARSON, M. I. Da feminista "macha" aos homens sensíveis: O feminismo no Brasil e as (des)construções das Identidades sexuais. **Cadernos AEL: Mulher, História e Feminismo**. Campinas, vol. 2, n. 3/4, 1996. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/issue/view/13> Acesso em: 07 ago. 2016.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de "Segunda Onda": Corpo, prazer e trabalho. In. PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

13°

COLÓQUIO
DE MÓDA

11 a 15 OUTUBRO DE 2017 - UNESP Bauru - SP

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?**. Tradução por Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.



APOIO



REALIZAÇÃO

